

“Guerra de quem contra quem? ”: Concepções sobre Lei, Justiça e Direito no trabalho policial¹.

Ana Caroline Bonfim Pereira (Universidade de São Paulo)

Em razão do atual contexto político, econômico e social do país, diversas manifestações surgiram e impulsionaram a discussão sobre os rumos de sua administração pública. Por um lado, surgiram algumas poucas manifestações a favor da intervenção militar, por outro, muitos movimentos sociais denunciaram o crescimento da violência policial e a perpetuação de graves violações de direitos humanos. Mas não é de hoje que casos envolvendo tal tipo de violência no Brasil ficaram internacionalmente conhecidos e despertaram o interesse de estudiosos, como as chacinas de Vigário Geral e da Candelária (ambas no Rio de Janeiro, em 1993), o massacre do Carandiru (em São Paulo, no ano de 1992), o massacre de Eldorado dos Carajás (no Pará, em 1996) e recentemente o fuzilamento de cinco jovens no Rio de Janeiro² (em 2015). Todos são casos de violações de direitos de populações em situação de vulnerabilidade social, política e/ou econômica.

As pessoas mais vulneráveis à violência fatal provocada pela polícia são principalmente moradores de regiões ou bairros pobres onde predominam precárias condições de moradia e de insuficiente acesso a direitos sociais. Na região norte do Brasil o cenário não é diferente. Entretanto, poucos estudos analisam as relações entre sociedade e polícia nesses estados. Quase não há estudos que associem analiticamente a violência policial e outras formas de violação de direitos humanos nessa região.

Análises de ações policiais em cidades do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, e Rondônia, avaliações de como a polícia se relaciona, no dia a dia, com as regiões periféricas desses centros urbanos, dados sobre os resultados da atuação policial estão praticamente indisponíveis aos pesquisadores, o que dificulta análises mais aprofundadas da questão.

Segundo o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, na região Norte, especificamente no Amapá³, registrou-se a maior taxa de letalidade policial do Brasil. No ano

¹ V ENADIR, GT.2- Sentidos de justiça, direitos e criminalidade em perspectiva.

² Matéria do Jornal Esquerda Diário sobre o fuzilamento dos cinco jovens em dezembro de 2015: <http://www.esquerdadiario.com.br/Cinco-jovens-negros-tem-carro-fuzilado-pela-Policia-Militar-no-RJ>

³ Matérias que comentam os dados relacionados ao Amapá:

<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/10/amapa-registra-maior-indice-de-mortes-em-aco-es-policiais-em-2015.html>

de 2015 foram registradas 5 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. O Rio de Janeiro apresentou 3,9 mortos por 100 mil e Alagoas 2,9 por 100 mil⁴.

Esse Anuário revela que a cada dia 9 pessoas foram mortas por policiais no Brasil e que a taxa brasileira de letalidade policial (1,6) supera a de países como Honduras (1,2) e África do Sul (1,1) o que, no mínimo, demonstra um padrão de atuação da polícia que precisa ser revisto e rediscutido.

Tais dados apontam, sem dúvida, a gravidade do problema da violência policial no Brasil. No entanto, ela é mais complexa quando nos debruçamos sobre os mecanismos sociais de legitimação dessa prática.

Mas, em meio a esse cenário, houve um aumento de denúncias da violência policial no Brasil. Em certos casos, mídias locais e redes sociais até apresentaram mortes executadas por policiais como algo positivo. Em 2014, descobri a existência de um grupo no Facebook chamado Admiradores do BOPE-AP (Batalhão de Operações Especiais). Além desse grupo, em outras páginas das redes sociais são divulgadas as atuações policiais que resultam em morte e que são comentadas positivamente, enfatizando-se a eliminação de mais um “bandido” na sociedade amapaense.

A antiga página Admiradores do BOPE-AP depois de algum tempo passou a se chamar Devotos do BOPE AP⁵. Essa mudança é significativa pois passou-se de admiração para devoção um sentimento de cunho religioso. Imagina-se que um grupo que venera os policiais do BOPE tende a não questionar a sua atuação. Enquanto na admiração pode haver espaço para crítica, na condição de devoto há um comportamento de dedicação e admiração pleno, sem espaços para questionamentos.

Os comentários dessas redes sociais exaltam a ação policial e as pessoas comentam as notícias como se não fossem retratos da violência policial e sim parte constitutiva da função policial eliminar “bandidos”. Na mesma direção, ideias como “bandido bom é bandido morto” e a defesa da construção de mais presídios e de penas mais duras são comuns, indicando que os

<https://www.nexojournal.com.br/explicado/2015/12/10/A-pol%C3%ADcia-mata-muito.-Aqui-est%C3%A3o-os-dados-para-discutir-o-tema>

⁴ http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf

Matérias jornalísticas que noticiaram a pesquisa:

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/10/nove-foram-mortos-por-policiais-por-dia-em-2015-no-brasil-diz-estudo.html>

⁵ Link para o acesso a atual página do Facebook do BOPE/AP <https://www.facebook.com/devotosdoboapeap/>.

discursos de direitos humanos que combatem a violência policial atrapalham o combate ao crime.

Foi este conjunto de questões que me instigou a pensar em fazer um trabalho de campo no Amapá. No ano de 2012, semanalmente, eram noticiadas informações sobre tais temáticas, ao mesmo tempo que as operações policiais eram intensificadas em algumas regiões de Macapá.

Idas e vindas ao campo

Primeiramente, descreverei um pouco do que foi o campo realizado no início de 2017. Em seguida apresentarei algumas reflexões iniciais a partir dos dados coletados. Inicialmente, além da pesquisa na polícia militar, visitei outros órgãos que lidam com a questão da segurança pública no Amapá. Cheguei em Macapá na metade de dezembro de 2016 e até o fim de fevereiro de 2017 visitei os seguintes órgãos:

- ✓ Fórum de Macapá e de Santana.
- ✓ Corregedoria da Polícia Militar.
- ✓ Polícia Militar (Comando Geral; 1º Batalhão de Macapá; Batalhão de Operações Especiais; 5º Batalhão de Polícia do Município de Santana - responsável pelo policiamento da Baixada do Ambrósio).
- ✓ Secretária de Segurança Pública.

Por força de ter conhecido um dos tribunais do Júri da cidade de São Paulo, durante a disciplina “Antropologia do Direito”, ministrada por minha orientadora Ana Lúcia Pastore, tive a ideia de conhecer o Tribunal do Júri em Macapá. Meu objetivo era acompanhar julgamentos de policiais envolvidos em crimes ocorridos na Baixada do Ambrósio e tentar entender quais representações sociais eram criadas naquele ambiente judicial.

Acompanhei duas sessões do Tribunal do Júri no Fórum de Macapá: as duas últimas de 2016, mas que não tratavam dos assuntos que me interessavam, embora, em alguns momentos, discutissem a relação entre o sistema judiciário e o trabalho policial.

Depois da última sessão, eu e os estudantes de direito acompanhamos a votação dos jurados. Nesta ocasião, conversei com um promotor sobre o funcionamento do Tribunal do Júri em Macapá ele me sugeriu que eu conversasse como o juiz, a que, ele me apresentou ao término da sessão e com quem eu pude conversar sobre as particularidades do Tribunal do Júri em Macapá.

O juiz me falou um pouco sobre a pesquisa dele feita na Universidade Federal do Amapá onde também tem a função de professor. Ela discorre acerca da violência policial em Macapá. Segundo ele, embora os números da violência policial no estado sejam elevados, os que são julgados acabam tendo como desfecho a absolvição.

Embora eu tivesse autorização do Comando Geral da Polícia Militar do Amapá para, desde 2016, realizar minha pesquisa, em janeiro de 2017 tive que iniciar novamente todo o processo de autorização pois, para a minha surpresa, a administração do comando havia mudado com a entrada de um novo Coronel e minha antiga autorização ficara invalidada.

Depois de várias idas e vindas ao comando e enfrentar o trâmite burocrático da instituição, consegui a nova autorização para a pesquisa e um documento que permitia a sua realização em todos os batalhões da polícia militar de Macapá. Mesmo assim, desde o primeiro dia em que entrei no comando geral, tive que explicar várias vezes do que se tratava minha pesquisa. Como todos os policiais com quem eu conversei tinham nível superior e muitos pretendiam fazer mestrado, algumas perguntas eram específicas e os policiais pediam para eu explicar o meu objeto de estudo, o problema e as hipóteses da pesquisa.

Consequentemente, eles sugeriam recortes, temas e referências bibliográficas para o meu trabalho. Também pude trocar diversas informações acadêmicas com eles, uma vez que alguns estavam participando do processo seletivo para o mestrado na Universidade Federal do Amapá. Eles também me pediram sugestões bibliográficas sobre temas ligados ao estudo da segurança pública.

Como parte das trocas realizadas em campo, fui convidada pelo comandante da unidade a conhecer o primeiro batalhão. Para aproveitar a oportunidade fiz as primeiras entrevistas no Comando Geral e no 1º Batalhão da Polícia Militar.

Após as primeiras entrevistas, me direcionei para o Batalhão de Operações Especiais para apresentar a pesquisa ao comandante da unidade. Logo na entrada ouvi som de tiros, pois bem perto há um lugar de treinamento. Esse som me assustou um pouco e pensei em voltar em outro dia, pois tive medo. Depois de alguns minutos decidi entrar no Batalhão, pois não sabia quanto tempo eu teria que aguardar a autorização do comandante para iniciar as entrevistas. Bem na entrada uma imagem me chamou atenção: havia uma frase “Reservado aos heróis” escrita em letras garrafais no asfalto.

No mesmo dia, conversei com o comandante do BOPE, ocasião em que fui bem recebida pelos policiais. No início, alguns me olhavam com estranhamento, mas depois de tantos dias circulando pelo Batalhão fiquei conhecida. No dia seguinte, iniciei a primeira entrevista com os policiais.

O Subcomandante intermediou meu contato com os demais policiais. Ele me apresentava e enviava os contatos por *whatsapp*. Também me ofereceu a sua sala durante a pesquisa para que eu pudesse realizar as entrevistas com mais tranquilidade, pois o espaço interno do batalhão é pequeno para a quantidade de pessoas que circulam no ambiente. Dessa maneira, a maioria das entrevistas foi realizada nessa sala, mas também entrevistei policiais em outras salas das quatro companhias do BOPE.

O Batalhão de Operações Especiais no Amapá segue o modelo do Rio de Janeiro, criado em 1978, após ganhar força a ideia de que a polícia militar necessitava de um grupo especial para atuar em situações de crise. Entre as suas missões está o combate ao crime organizado, a captura de “delinquentes” fortemente armados, o resgate de reféns e a contenção de rebeliões, entre outras operações de alto risco. Para tanto, os policiais recebem uma formação diferenciada voltada para operações de “guerra urbana”.

Diferentemente do BOPE do Rio de Janeiro, que conta apenas com uma companhia, no Amapá o BOPE possui quatro. No ano de 2002, iniciam-se os trabalhos para a criação e efetivação do BOPE/AP. Ele é composto pela Ronda Ostensiva Tática Motorizada- ROTAN, companhia responsável pelo policiamento tático motorizado em todo o estado, o Grupo de Intervenção Rápida Ostensiva - GIRO, companhia que faz o patrulhamento em áreas de risco com motocicletas, a Companhia de Operações Especiais - COE, responsável pelo gerenciamento de crises com reféns e outras missões que necessitem da ação de uma tropa especializada, e a Tropa de Choque, companhia que faz a cobertura de eventos de grande envergadura como manifestações; é responsável pelo controle de distúrbios e intervenção em estabelecimentos prisionais em caso de rebelião.

Além das entrevistas, acompanhei algumas atividades físicas e o que eles chamam de estudo de caso: um momento em que analisam as principais atuações do batalhão para avaliar os pontos positivos e negativos das operações ao longo da semana. No terceiro dia de pesquisa participei de um estudo de caso de um roubo a uma casa com reféns, o que eles chamam de situação de crise. Nesse dia fui apresentada como pesquisadora aos policiais pelo Comandante.

Os momentos em que acompanhei algumas atividades físicas de treinamento dos policiais foram importantes porque pude observar atividades diárias e perceber a relação entre trabalho e disciplina. Em uma dessas atividades, acompanhei um treinamento de natação. Nesse dia pude observar que quase todos os policiais da COE, Companhia de Operações Especiais, tinham tatuagem de caveira no braço direito. Trata-se de uma marca da companhia tanto quanto é da companhia do BOPE/RJ a qual lhe deu origem e foi retratada no filme Tropa de Elite.

Além das tatuagens, outros símbolos relacionados à demonstração de força são importantes para o entendimento do que é o BOPE. Durante a pesquisa, percebi várias místicas cultuadas pelos policiais, como símbolos e comportamentos ligados ao sagrado, a devoção religiosa e espiritual, além do caráter performático expressivo nas atuações do BOPE.

Além dos símbolos considerados sagrados como o carro de patrulha que não pode ser tocado por ninguém além dos policiais em serviço, a caveira, o raio e outros, cada companhia possui uma oração original e existe um hino específico do BOPE. Esses materiais foram coletados juntamente com as duas doutrinas escritas.

Oração do BOPE

Senhor Deus, vós que tudo comandais

Vós que guiais teus soldados

Pelo caminho da dignidade e da vitória

Dai-nos a força e a coragem para lutar

A perseverança dos bravos

A humildade dos heróis

E a fé que nos torna invencíveis

Concedei-nos também, Senhor,

no fragor do combate,

Quando grande for a tormenta em nossos corações

A tua incomparável honra,

A tua infinita justiça

A tua fiel lealdade

Para que o mal sucumba

Para sempre diante de nós

Amém.

Consegui perceber, no convívio com os soldados do BOPE, que eles são muito devotos à Deus. De alguma forma eles pedem proteção, mas também, como é possível ver na oração, eles se entendem como soldados de Deus e cumpridores dos desígnios divinos. Há uma relação entre Deus, um propósito divino e o papel dos soldados de Deus que se mistura tanto na condição do herói romântico quanto na de anjos salvadores e guardadores de um bem-estar coletivo. Além disso, a relação dos policiais com a religião é expressa constantemente através da afirmação de que os policiais do BOPE são instrumentos de Deus na terra e as orações constituem uma forma de pedir proteção para que eles possam exercer um trabalho heróico.

Um símbolo material que me apresentaram foi um sino utilizado nos cursos de formação. Quem desiste e “pede para sair” tem que tocar o sino. Percebi, portanto, que o sino representa o fracasso de quem não finaliza o curso. Em outro momento, especificamente durante os jogos internos do BOPE, a companhia que os vencesse receberia o prêmio, que também é o sino, agora ressignificado, pois passa a simbolizar a vitória e a resistência. Cada símbolo tem uma história e um significado que pode variar de acordo com a ocasião, mas sempre têm uma função social.

Dadas essas experiências de campo, iniciei estudos sobre antropologia da moral e da performance. Vitor Turner (2013) e seus textos sobre o processo ritual têm me auxiliado bastante na discussão sobre rituais de passagem que existem no curso do BOPE e também em relação a aspectos performáticos do trabalho.

Nas entrevistas realizadas no BOPE os policiais comentavam a importância da passagem pelo curso de formação do Batalhão de Operações Especiais, de forma que pretendo analisar tal passagem como um “rito de (re)nascimento” para os policiais.

Victor Turner discorre sobre as simbologias subjacentes aos rituais e sua importância para o entendimento das práticas rituais. O autor elaborou a noção de liminaridade e, a partir dela, o conceito de *communitas*. Ele concebeu a ideia de liminaridade como um momento dos

ritos de passagem, fase ritual no processo transitório de “morte” social, para, em seguida, os integrantes do ritual “renascerem” e reintegrarem-se à estrutura social. Liminaridade é, portanto, uma condição transitória na qual os sujeitos encontram-se destituídos de suas posições sociais anteriores, ocupando um lugar indefinido no qual não é possível categorizá-los plenamente. (TURNER, 1974, p. 161).

O sentimento de irmandade que liga policiais do BOPE entre si, inicialmente durante o curso de formação e posteriormente na rotina do batalhão, parece se materializar no símbolo da caveira presente no brasão do BOPE, que pode ser visto como um totem do grupo.

Outro aspecto que pretendo abordar é a questão emocional da atividade policial, para isso dialogarei com a antropologia da moral e farei uma análise crítica dos discursos morais relativos ao exercício da atividade policial, tanto considerando a produção discursiva da instituição sobre si mesma quanto as percepções dos policiais sobre suas atividades e sobre o sistema de justiça.

A temática das emoções atravessa estes planos analíticos, contemplando a articulação e a produção de uma narrativa sobre heroísmo, ethos militar masculinizado e discursos de guerra urbana contra o tráfico que são mobilizados para legitimar a atuação dos policiais e justificar as mortes.

Para pensar os discursos de guerra que são mobilizados em campo pretendo dialogar, por um lado, com as autoras Catherine Lutz e Kathleen Millar e por outro lado com Foucault, a construção do inimigo social⁶ e a construção da verdade⁷.

Catherine Lutz e Kathleen Millar em sua obra *War* vinculam os estudos sobre a emoção aos temas do poder, da moral e do militarismo, mostrando que a guerra implica um embate político e moral crucial em torno das linguagens sobre dores, danos e custos pessoais e coletivos.

O diálogo com essas autoras é importante para entender os discursos e implicações da ideia de guerra. Para elas, o discurso de guerra justa é essencial para pensar como o discurso de

⁶ FOUCAULT, Michel. *Sociedade Punitiva*: curso no Collège de France. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

⁷ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2013.

guerra urbana da polícia legitima sua atuação e a existência da figura do guerreiro. As autoras explicam que os valores morais são considerados motivos para a guerra.

Nas entrevistas que realizei, os policiais do BOPE mobilizam o discurso de guerra urbana para explicar as consequências de suas atuações. A experiência da guerra urbana não é vista por eles como prejudicial, mas como um ato heróico e enobecedor, calcado na noção de elevado caráter moral do soldado uniformizado, cujo trabalho é o sacrifício e cuja motivação é proteger a sociedade. Um guerreiro que aplicada a justiça, a identidade do guerreiro como protetor-herói produz valores para a sociedade.

Os policiais do BOPE incorporam o heroísmo exposto logo na entrada do Batalhão de Operações Especiais, onde está escrita a frase em letras garrafais “RESERVADO AOS HERÓIS”. Disciplina, lealdade, honra, integridade e coragem são valores principais para esses policiais.

Segundo eles, em função da guerra com o tráfico as mortes empreendidas pelo BOPE no Amapá são amplamente aceitas como proteções contra o mal. Essas mortes são silenciadas e justificadas na medida em que instituições do sistema de justiça os processos de violência policial são arquivados, antes mesmo de virarem denúncia.

Desse processo resultam questões em torno das noções antropológicas de violência como experiência e a complexidade da categorização da violência a partir do discurso policial.

Outra reflexão proporcionada pela antropologia da moral e que pretendo desenvolver na dissertação consiste em como pensar os policiais como sujeitos complexos e retirá-los do lugar estereotipado, dando inteligibilidade a discursos que parecem irracionais.

Nessa discussão, dois autores são importantes: Veena Das e Didier Fassin. A proposta de Veena Das é analisar a violência através da experiência, não somente como exterior, mas como interior às relações. A autora será importante para a reflexão sobre sofrimento, violência e dor nos discursos morais.

Veena Das acredita que a violência não é uma categoria transparente, porque para ela, não se pode aceitar apenas uma definição sobre o que constitui ou não a violência, nem podemos adotar um ponto de vista analítico e proposicional do que possa ser chamado violência. Só podemos entender a violência analisando os contextos sociais em que ela circula.

Em sua pesquisa, ela percebe na linguagem, nas falas, nas palavras, nos comportamentos e no silêncio a violência e seus efeitos como um sofrimento social, não como

práticas individuais, mas compartilhadas, que renovam os sentidos da dor e também da vida e da morte, mostrando como os relacionamentos são afetados por circunstâncias sociais. “O silenciamento do sofrer e também as linguagens que resistem, são torcidas e retorcidas para outros usos e reformam as experiências de dor”. (Veena Das, 2007)

As categorias “violência” e “sofrimento” surgem inúmeras vezes na minha pesquisa e pretendo analisa-las através das experiências que as cercam e nas quais se engendram, bem como nos modos de seu compartilhamento do cotidiano. Minha proposta é discutir a violência não como um fenômeno social cujas causas são distantes, mas entender seus efeitos promovidos nos discursos e nos corpos. Em face do sofrimento, os sujeitos podem dar sentido àquilo que os atormenta e os coloca num outro lugar de sofrimento, através de narrativas que explicam e dão sentido às experiências

Já Didier Fassin tem sido fundamental para a reflexão sobre a crença no certo e no errado e como certas ações estão pautadas na necessidade de agir em favor do bem contra o mal e como essa separação se expressa na vida cotidiana dos pesquisados. Em seu trabalho de campo nas atividades do esquadrão anticrime da polícia nas periferias de Paris, ele sugere que o estudo da violência tem que ser analisado em relação aos atores envolvidos no contexto da violência, pois assim se pode entender algumas questões que mobilizam as ideias sobre certo e errado para ambos os lados pesquisados.

O autor explica a diferença entre discurso moral e análise crítica dos discursos morais. Segundo ele, o discurso moral é simplista, pois apenas localiza o bem e o mal. Já a análise crítica consiste na investigação de onde e como os agentes sociais localizam o bem e o mal e se esclarece essas posições.

Ele se debruça sobre os discursos de sofrimento e dor ao problematizar a capacidade social de infligir dor. Assim, pensa a dor no discurso público e de como políticas podem causar e ao mesmo tempo ignorar certo sofrimento.

Tanto Veena Das quanto Didier Fassin são importantes para uma análise da violência, das questões morais e do sofrimento no meu campo. O discurso de sofrimento, por exemplo, é frequentemente citado pelos policiais do BOPE como algo vivenciado diariamente no exercício da profissão, seja em relação à família, ao enfrentamento da violência nas ruas, seja em relação às violências que eles acreditam sofrer a partir do próprio Estado.

Dessa mesma forma, as concepções de direitos e justiça vivenciadas pelos interlocutores apresentam relação direta com o saber local produzido pelo (e no) Batalhão. O

agenciamento da violência é importante para entender os contextos sociais violentos em que são acionadas diversas concepções de justiça e direitos. Penso concepções de “direito” à luz do que Clifford Geertz (1998) expõe como um *saber local*, examinando os sentidos de suas diversas concepções e a dinâmica de mudanças a partir de moralidades. Essas concepções variam conforme épocas e lugares, pois a prática do direito muda de acordo com os contextos culturais. Sendo assim, entender as normas que regulam e gerenciam diferentes comportamentos é essencial para entender os conflitos e suas transformações.

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA

BRETAS, M.L. A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. “Existe violência sem agressão moral?”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 23:135-146. 2008.

_____. “A dimensão simbólica dos direitos e a análise dos conflitos”. Revista de Antropologia – USP, 53:451-473. 2011.

CARDOSO, Marcus. A linguagem dos direitos e o simbólico nas reclamações dos moradores de favelas, Confluências, vol. 14, n. 2. Niterói: PPGSD-UFF, dezembro de 2012.

COSTA, A. Entre a Lei e a Ordem: violência e reforma nas polícias. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

DAS, Veena. *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. University of California Press: Berkeley, Los Angeles, London, 2007.

_____. POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé,

DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Estado e PCC em meio às tramadas do poder arbitrário das prisões*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 2, 2011.

FASSIN, Didier. *Humanitarian reason. A moral history of the present*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2012.

_____. *When Bodies Remember: experiences and politics of AIDS in South*

- Africa*. University of California Press, Berkeley, 2007.
- _____. *Beyond good and evil?: Questioning the anthropological discomfort with morals*. Anthropological Theory, 2008.
- _____. *A companion to moral anthropology*. Wiley & Sons, 2012.
- _____. *Enforcing order: an ethnography of urban policing*. Polity Press, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2013.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GEERTZ, Clifford. "O saber local : fatos e leis em uma perspectiva comparativa" In *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998
- KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Crime e costume na sociedade selvagem*. Brasília/ São Paulo: Ed. UnB/ Imprensa Oficial do Estado, 2003
- MESQUITA NETO, Paulo de. *Ensaio sobre Segurança Cidadã*. São Paulo: FAPESP, 2011.
- MUNIZ, J. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: Cultura e Cotidiano da PMERJ*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. *A Dimensão Simbólica dos Direitos e a Análise de Conflitos*. In: *Revista de Antropologia* 53(2), Dossiê Antropologia do Direito, 2010.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "Antropologia e moralidade". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* número 24, volume 9, 1994. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=213:rbc-24&catid=69:rbc&Itemid=399.
- 48
- PONCIONI, P. *Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil*. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 1, n.1, 2007.
- _____. *Políticas Públicas para educação policial no Brasil: propostas e realizações*. *Estudos de Sociologia*, v.17 – n.33, 2012.
- PORTO, M. S. G. "Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal." *São Paulo em perspectiva* 18.1 .132-141, 2004.

_____. Conduas Policiais e códigos de deontologia. Um estudo comparativo sobre a relação entre polícia e sociedade. Relatório final. SENASP. Universidade de Brasília, dezembro de 2005.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore – “Breve panorama da antropologia do direito no Brasil”
In *Revista Cadernos de Campo* v.22, n.22, 2013 (Dossiê Especial)

TURNER, Victor. *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense. 2 ed. 1994.